



PROGRAMA
HISTÓRIA
ORAL

JUÍZA GLÁUCIA
FALSARELLA



ENTREVISTA CONCEDIDA PELA JUÍZA GLÁUCIA FALSARELLA AO PROGRAMA HISTÓRIA ORAL DO TJDFT

Gláucia Falsarella Pereira Foley nasceu em Passa Quatro, município da região sudoeste de Minas Gerais, em 16 de maio de 1968. Forma-se Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1990, passando a atuar como advogada da COHAB paulista até sua mudança para o Distrito Federal, em 1992, para trabalhar como assessora jurídica da Câmara Legislativa do DF. Além desse cargo, também trabalhou no Tribunal de Contas e no Ministério Público do Distrito Federal. Em fevereiro de 1998, toma posse como juíza de Direito Substituta da Justiça do DF, após aprovação no XXIV Concurso do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT. Na Justiça Local, atuou em Varas Cíveis e Criminais, incluindo o Juizado de Violência Doméstica e a Central Judicial do Idoso – que ajudou a criar em 2003. Também atuou na implementação e na coordenação do Juizado Itinerante – um

ônibus que oferece prestação jurisdicional às comunidades carentes de algumas regiões administrativas do DF. Desde 2000 é uma das responsáveis pela coordenação do Programa Justiça Comunitária do TJDFT. O foco do programa é promover a inclusão social e o “empoderamento comunitário” ao capacitar pessoas de cada comunidade para trabalhar como agentes comunitários de justiça, cujo papel é educar os cidadãos para seus direitos, mediar comunitariamente e articular redes sociais. O Programa Justiça Comunitária – concebido durante sua atuação no Juizado Itinerante e adotado pelo TJDFT em 2000 – recebeu do Ministério da Justiça em 2005 o Prêmio Innovare. Idealizado pela Escola de Direito da FGV do Rio de Janeiro, pela Associação dos Magistrados Brasileiros e pelo Ministério da Justiça, o prêmio procura reconhecer e disseminar práticas inovadoras realizadas por magistrados, membros do Ministério estadual e federal, defensores públicos, advogados públicos e privados de todo Brasil que promovam a qualidade na prestação jurisdicional. A Justiça Comunitária hoje é adotada pelo Ministério da Justiça, integrando o PRONASCI – Programa Nacional de

Segurança Pública – que apóia a criação de Núcleos de Justiça Comunitária por todo o país.

Casada com o britânico Conor Folley e mãe de Daniel, Gláucia Falsarella Folley é descrita por amigos e colegas de trabalho, como “uma juíza que se destaca não como alguém que pretende fazer justiça por meio dos processos formais”, mas sim “por não ser uma fazedora de justiça”, mas a própria “expressão da justiça” – palavras da juíza Carla Patrícia Lopes, com quem trabalha na coordenação do Programa Justiça Comunitária.

A “capacidade de sonhar, por mais difícil que sejam as dificuldades” e acreditar que “as coisas são possíveis” faz, segundo sua equipe de trabalho, com que atinja a todos, de autoridades a pessoas comuns. De forma arrojada, “não desiste de acreditar que as pessoas podem resolver suas questões por meio do diálogo”, gerando “cultura de paz, justiça e emancipação”. Em reconhecimento a sua atividade na Justiça do Distrito Federal, Gláucia Falsarella Folley recebeu da Câmara Legislativa do Distrito Federal, da qual já foi servidora, o título de Cidadã Honorária de Brasília, em 8/7/2009.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Doutora Gláucia, quero dizer, preliminarmente, que é uma satisfação tê-la aqui. Nossa desembargadora Carmelita me surpreendeu com o convite porque este é um projeto Memória – que busca traçar a memória do Tribunal a partir daquelas pessoas que trabalharam aqui; que contribuíram; que deram o melhor do seu esforço. Disse, mas a Dra. Gláucia é tão jovem, como poderemos pensar em memória. Então, eu pedi o seu currículo e verifiquei que realmente, das nossas juízas e juizes, é uma das pessoas que mais experiência tem nesta área de conciliação, de mediação; estive à frente de vários Juizados. Então, creio

que será uma entrevista muito rica. Vamos colher suas impressões e começaria por perguntar como a senhora, que estudou em São Paulo, resolveu vir para Brasília?

Juíza Gláucia Falsarella Pereira Foley

Foi uma decisão muito difícil para mim. Eu sou mineira, do sul de Minas (Gerais), de Passa Quatro, mas fui criada em São Paulo. Nunca morei em Minas. Então, São Paulo é como se a cidade estivesse dentro de mim. Eu era muito paulistana, muito ativa nas atividades que a cidade proporcionava e, quando eu decidi vir para cá, vim em busca de uma vida mais tranquila, uma vida em que eu não estivesse longe do centro de decisão do poder, como estamos aqui, em um lugar que fosse cosmopolita, mas ao mesmo tempo tranquilo; em que tivesse um contato maior com a natureza e, se um dia a vida me desse um filho, como felizmente me deu muitos anos depois, ele pudesse crescer em uma cidade mais humanizada. Então, eu vim para Brasília em busca de uma vida mais humanizada.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Muito bem. E aqui parece que começou na área do Legislativo.

Juíza Gláucia Falsarella Pereira Foley

Foi. Fui assessora parlamentar numa época muito interessante porque a Lei Orgânica havia acabado de ser promulgada, a Lei Orgânica do Distrito Federal, então, nós vivíamos um momento de muita efervescência política, de discussão sobre a cidade, sobre a organização urbanística da cidade. Foi um aprendizado muito grande para mim, o parlamento, no sentido de entender e reconhecer que a sociedade é plural e que, portanto, qualquer agente

público, seja ele em qual poder estiver, precisa interpretar as vozes que vêm do povo mesmo, de como as pessoas vivem, ser plural, ser democrático, atender a essas vozes. Isso, para mim, foi uma grande escola que o parlamento e a minha condição de assessora parlamentar me deu.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

E quando veio a percepção de que o Judiciário era o caminho que a senhora preferia?

Juíza Gláucia Falsarella Pereira Foley

Porque sentia que, embora a vida política seja muito interessante, o parlamento ainda funciona com uma lógica muito “partidária”, muito parcial em relação aos interesses da sociedade. Então, eu comecei a entender que, na verdade, o quê me motivava era o interesse público que é plural, diferente, vem de diferentes grupos sociais, mas que eu via, ou no Ministério Público – também um caminho que eu vislumbrava, até pela minha personalidade, por ser uma pessoa talvez mais...

Desembargador Natanael Caetano Fernandes

Dinâmica?

Juíza Gláucia Falsarella Pereira Foley

Mais dinâmica. Sempre associei a figura do magistrado a uma serenidade que nunca tive. Hoje penso que tenho, até porque a vida traz uma experiência, traz uma serenidade. Mas à época eu tinha vinte e poucos anos.

Então, associava

muito mais meu dinamismo ao Ministério Público. Mas eram dois caminhos nos quais eu entendi que poderia concretizar o meu desejo de trabalhar em prol do interesse público, sem necessariamente adotar uma linguagem, um caminho parcial. Foi quando eu resolvi, radicalmente, parar tudo que fazia. Eu me sustentava na época, então tive de me organizar financeiramente. Vendi as poucas coisas que tinha... um carro velho, fui para São Paulo e passei um ano somente dos estudos. Estudava doze horas por dia. Quando retornei de São Paulo, fiz o concurso e felizmente logrei êxito, em 1997, foi o nosso concurso. Em 1998, fevereiro de 1998, eu tomei posse.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Certamente – e felizmente – para a Justiça do Distrito Federal que teve essa aquisição belíssima, a senhora com o seu conhecimento e com essa visão social. Eu gostaria de conversar um pouco sobre o acesso à Justiça, mas vou dar a palavra ao desembargador Natanael que é um homem extremamente experiente e conhece tudo de justiça.

Desembargador Natanael Caetano Fernandes

Isso é por conta dele. Eu me aposentei com quarenta e um anos de magistratura, sei que não é qualquer um que (tem esse tempo), mas isso não significa que saiba tudo de magistratura (risos). A primeira coisa que me preocupa é ver uma pessoa procurar a magistratura como carreira, como realização profissional. Eu fiz o curso de Direito para ser juiz. Comecei com 26 anos, fui juiz em Goiás, etc., etc. Então, quando eu vejo uma pessoa, você – posso lhe chamar de você? – que ingressou também muito jovem na carreira e fez tanta coisa dentro da carreira, em prol da carreira, e em nome do Judiciário... Eu

sei que todo ingresso na magistratura tem muito haver com a vocação. Embora, você tenha dito que era muito dinâmica, muito agitada, parecia não ter perfil de juiz, mas você se revelou uma excelente magistrada – dentro do exercício da judicatura aqui no Distrito Federal. Então, esse ingresso, esse exercício, deu o que você esperava, Gláucia, em termo de realização profissional, realização pessoal?

Juíza Gláucia Falsarella Pereira Foley

Com certeza. Se eu voltasse hoje – penso que são dezessete anos, dezesseis, de magistratura – eu com certeza escolheria trilhar este mesmo caminho que trilhei, exatamente pela minha paixão pelo tema acesso à Justiça, democratização do acesso à Justiça. Há um dado assustador do IPEA, na verdade, de vinte anos atrás do IBGE, um dado que (diz que) em torno de 30% da população, 70% da população, que muito embora envolvida em algum conflito, não aciona o sistema de Justiça. O sistema de Justiça entendido como um todo, de Delegacia a Defensoria até chegar ao Judiciário – ao Judiciário propriamente dito. De vinte anos para cá, o IPEA faz uma nova pesquisa e esse percentual é muito parecido com o de vinte anos atrás, no sentido de que apenas 37% acessam (o sistema de Justiça), 63% não acessam. Ora, nós que somos apaixonados pela Justiça, que acreditamos que é preciso realizar a justiça, proporcionar a justiça, não podemos fechar os olhos para 63% da população brasileira. E o Tribunal de Justiça do Distrito Federal – e aqui vem um agradecimento aos senhores e é tão bom estar dialogando sobre isso especialmente com os senhores – porque os senhores marcaram as primeiras gestões da minha carreira e deram todo apoio necessário para realizarmos projetos que democratizaram esse acesso à Justiça. Projetos que olharam para esses 63% da população que não costuma acionar o Judiciário por uma série de razões. Não é possível, por mais que nos esforce-

mos em modernizar nossa Justiça, em buscar celeridade, não é possível que nos limitemos a trabalhar com uma parcela da sociedade, ou nosso trabalho é universal ou não faz muito sentido para mim.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Quando eu fui em busca da nossa lei dos Juizados Especiais – e implantei 32 Juizados –, costumava dizer, e disse isso em vários pronunciamentos, que havia uma distinção clara entre a promessa de direito exposta na Constituição Federal e a nossa realidade. Então, o cidadão brasileiro tinha uma Justiça real e tinha uma outra aparente. A real era só para alguns, a aparente era para muitos. Há um dispositivo expresso na Constituição, mas uma grande parcela da população não tem acesso à Justiça. Então, tive algumas ideias e uma delas foi a desse Juizado Itinerante que foi de difícil implantação, porque não tínhamos verba. Não tínhamos verba para comprar o ônibus. Depois de ter tido a idéia, de ter montado tudo, fui informado de que não tínhamos verba. E agora como vamos fazer? Eu disse, “Não. Temos de buscar nossos parceiros”. Então, fui ao Banco do Brasil que, inicialmente, não se mostrou simpático a arranjar verba, mas depois que eu disse que tínhamos uma conta enorme dos depósitos judiciais, que tínhamos as contas dos funcionários e que isso poderia parar na Caixa Econômica (risos).

Desembargador Natanael Caetano Fernandes

No BRB...

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Então, reestudaram o assunto e a Fundação Banco do Brasil resolveu comprar o ônibus. Preparou uma

sala de audiência – que a senhora conhece muito bem. Aquilo para mim foi uma alegria, mas a alegria maior foi a de ver funcionar. Eu queria que a senhora nos contasse, eu estou lhe chamando de senhora porque isso aqui é oficial, mas fico um pouco constrangido. Então, Gláucia, conte-me como foi sua experiência naquele Juizado? Como você pode ver a alegria daquelas pessoas que nunca tiveram (acesso à Justiça)? Que nunca puderam ter justiça porque não tinham nem como pagar a passagem para vir ao fórum e lá encontraram um jeito de ver solução para seus conflitos? Conte-nos um pouco sobre isso.

Juíza Gláucia Falsarella Pereira Foley

Pode me chamar de “você”. Bem, em 98, antes da instalação oficial do serviço do ônibus, quando soube que o senhor estava dedicado a esse projeto, lembro, eu fui conversar com o senhor (dizendo) que gostaria de trabalhar nesse ônibus, porque para mim era a realização do meu sonho: unir a minha carreira de juíza com essa preocupação de buscar democratizar o acesso à Justiça. Penso que um dia eu deveria escrever um livro de crônicas, porque as histórias são das mais hilárias possíveis. Muito bonitas. Algumas muito engraçadas, mas, sobretudo, histórias bonitas de pessoas que tinham uma imagem de um Judiciário extremamente inacessível, ritualístico, distante, difícil e nós conseguimos desmistificar esse Judiciário. Pessoas que resolviam suas questões no momento em que estávamos lá. Então, o que mais me surpreendeu em todo esse trabalho foi o índice de acordo que nós atingimos.

Hoje os Juizados

Especiais, (segundo) a última pesquisa que vi em termos nacionais, atingem em torno de 35% (de acordos), o que eu considero baixo. O Juizado Itinerante atingia em torno de 80%. Era muito alto. Então, nós percebíamos que bastava uma oportunidade de colocar as pessoas desarmadas, frente a frente, para conversar sobre o conflito, que era possível transformar aquele conflito numa restauração de comunicação, de afetos, de relações que ficaram perdidas por conta do conflito. Isso muito antes de falarmos em mediação de conflitos ou mesmo Justiça Restaurativa. Nós já estávamos fazendo (isso) ali, já havia ali uma chama de buscar na própria comunidade o diálogo como grande veículo para promoção da paz. A outra coisa que me chamou a atenção é que conheci uma Brasília que eu não conhecia. Eu já estava aqui havia alguns anos e procurei locais como Mestre D’Armas¹, que eu nunca tinha nem ouvido falar.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Era a periferia mesmo...

Juíza Gláucia Falsarella Pereira Foley

Mestre D’Armas, Arapoanga², São Sebastião³, era um “poeirão” só. Hoje eu soube que está toda asfaltada, mas na época eu lembro, se puder brincar aqui, que eu não precisava usar laquê de cabelo porque nós saíamos

-
- 1 Bairro localizado na Região Administrativa de Planaltina – Distrito Federal.
 - 2 Outro bairro integrante da Região Administrativa de Planaltina.
 - 3 Região Administrativa localizada na parte sul do Distrito Federal.

com o cabelo e vinha aquele “poeirão” e o cabelo ficava armadinho, uma beleza (risos). Então, pude conhecer uma Brasília que não conhecia, mesmo já tendo trabalhado no Parlamento eu não conhecia, e isso aumentou ainda mais o meu desejo de trabalhar com essa parcela tão excluída do debate sobre o que é a Justiça, como eu posso prevenir os meus conflitos, porque o Juizado Itinerante me despertou isso. Se as pessoas têm conflitos e com a oportunidade de diálogo elas resolvem os conflitos, se nós pudéssemos ampliar essa compreensão e até a participação dessas pessoas, no sentido delas conhecerem seus direitos, mas também conheçam os direitos do outro e nesse sentido até evitar conflitos, muitas vezes desnecessários, ou por meio de diálogo, ou por meio de reconhecerem o que a sua comunidade têm de potencial, que possa proporcionar a Justiça do cotidiano, hoje em dia. Se nós pudermos ampliar esse trabalho, nós vamos fazer um projeto até mais amplo, preventivo, antes da judicialização do conflito. Foi dessa preocupação, dessa percepção – depois de três anos dentro do ônibus, algo que eu fazia com muito, muito prazer, era penoso, mas eu fazia com muito prazer e (foi) um aprendizado muito rico; foi dessa preocupação que surgiram os primeiros traços do programa Justiça Comunitária – que é baseado exatamente nisso: da falta de informação sobre direitos, nós temos a educação para os direitos, que é um dos nossos eixos; da falta de possibilidade de diálogo, nós temos a mediação comunitária; e da falta de compreensão do cidadão na sua comunidade, do que a própria comunidade tem de recursos também – porque às vezes nós imaginamos a comunidade excluída, pobre, somente os seus problemas, mas ela tem talentos, habilidades, recursos, que nem ela muitas vezes reconhece, quando trabalhamos a justiça inserida nesse contexto comunitário –, surge o programa Justiça Comunitária. Não como uma justiça assistencialista, mas ao contrário:

uma justiça que quer envolver toda população a participar do seu próprio processo de ter acesso a direitos.

Desembargador Natanael Caetano Fernandes

Se fala hoje que o acesso à Justiça no Brasil é complicado, etc., eu não concordo. Penso que a Justiça está à disposição de todo mundo no Brasil. Gratuitamente. Só paga custas quem tem condições de pagar, quem não tem não paga e tem a mesma assistência. Certa feita eu fiz um curso na Universidade da Flórida, lá estudei Direito Comparado, e o professor dizia, lá nos Estados Unidos para se ingressar com uma ação, primeiro você tinha de fazer uma novena para ver se o juiz aceitará a ação que se vai entrar. Se ele achar que aquilo é uma bagatela, que não vale a pena movimentar o Judiciário, ele simplesmente rejeita a inicial, por essa razão e acabou. E é irreversível essa decisão. Então, penso que nós temos uma facilidade muito grande, porque por qualquer questão – por menor que seja, no nosso ponto de vista, menor – aqui no Brasil é possível levar ao Judiciário a apreciação dessa questão. Então costumo dizer que não existe ação pequena e ação grande. Todas as ações são iguais. É um conflito, é um interesse que precisa ser composto e não se discute valor de ação nenhuma. Isso é insignificante. O que interessa é a composição do interesse do conflito. Eu achei muito interessante, porque aqui no Brasil enquanto nós facilitávamos – e conseguimos facilitar demais o acesso ao Judiciário – os Estados Unidos que é uma potência, faziam exatamente o contrário: dificultam ao máximo o ingresso de uma ação no Judiciário.

Juíza Gláucia Falsarella Pereira Foley

Eu concordo com o senhor. O
dificultar é abso-

lutamente necessário porque nós temos a oportunidade, nós sociedade como um todo, de resolver conflitos sem que seja necessário acionar a atividade jurisdicional. Essa dificuldade de acessar é que não pode ter um corte econômico, caso contrário, não estaremos sendo democráticos. A Justiça Comunitária tem essa pretensão de, seja em qual comunidade for: uma mais excluída ou menos excluída, de as pessoas compreenderem como realizar justiça do cotidiano, com diálogo, com informação sobre direitos e somente se ela quiser (ou) se for algo realmente que não há outra maneira de se resolver, seja porque há uma disparidade de poder muito grande entre as partes e, nesse caso, a mediação não é muito recomendável, ou, enfim, por qualquer outra razão que a própria natureza da demanda impeça que haja uma mediação. Mas somente nesses casos, então, é que receberíamos de toda parcela da sociedade as demandas para que elas fossem judicializadas. Eu concordo contigo, penso que é paradoxal: ao mesmo tempo nós temos um funil de acesso ao Judiciário, o que é retratado em algumas pesquisas, e de outro lado um excesso, uma explosão, uma inflação de litigiosidade que não nos ajudará a superar esse problema, pois correremos atrás e vai aumentado o problema porque quanto mais estrutura nós temos, parece que mais estimula a judicialização dos conflitos.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Quero aproveitar esse gancho para trazer uma idéia que me ocorre. Nós temos nos Tribunais – em quase todos – uma montanha

de processos. Alguns enfrentam um número tão grande que o cidadão é nomeado e diz: “Não sei o que vou fazer porque recebi uma herança de 10.000 processos. Então, pretendo trabalhar durante a semana toda, para tentar fazer os quinhentos. Agora essa herança eu trabalharei também aos finais de semana – sábado e domingo, em prejuízo da minha família – para tentar diminuir essa herança, mas sei que não darei conta”. Será que o brasileiro gosta tanto assim de peticionar, de demandar? É uma preocupação que tenho. Eu vou citar um caso que o Natanael conhece muito bem, todos aqui conhecem. Uma pessoa que tem alguns direitos sociais. Todos nós temos. Nós temos o chamado direito à saúde, que é um dever do Estado, é um direito social. O cidadão precisa ser internado numa UTI. Ele vai de porta em porta e não consegue vaga de forma alguma. Então consegue um advogado que impetra um (mandado de) segurança (que) para aqui no Tribunal (que) determina que ele seja internado. Há necessidade dessa judicialização da saúde? Isso não é uma expressão, eu não digo de uma inclinação do povo, isso não é uma expressão de uma necessidade absoluta pela justiça?

Juíza Gláucia Falsarella Pereira Foley

Imagino que seja uma ausência do Estado, não? De uma certa maneira... do Poder Público de criar políticas públicas efetivas, eficientes, que faz com que a população, pela abertura que o Judiciário tem, de buscar, talvez, suprir uma carência dessa política pública – seja na área de saúde ou em outra área – de buscar no Judiciário.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

A não ser que a pessoa morra, ou que desista do seu direito...

Juíza Gláucia Falsarella Pereira Foley

Eu tenho um exemplo muito interessante para refletirmos sobre a Justiça Comunitária. É um caso que ficou famoso pela particularidade de envolver uma vaca. Há uma região de plantação, próximo a Ceilândia, já na divisa do DF com o entorno, e duas famílias que – quando vieram para Brasília, pioneiras – eram famílias amigas, os filhos cresceram ali no rio que passava ao fundo das duas propriedades, provavelmente deve ser concessão de uso, enfim, em determinado momento, uma família optou por plantar maxixe e a outra família tinha uma vaca. A vaca começou, quando o rio ficava mais seco e não dava para a vaca beber água na sua propriedade, a quebrar a cerca de arame farpado – que dividia as duas famílias – e ia beber água no rio do outro lote, pisoteando a plantação de maxixe e a família já estava endividada por conta daquela plantação. Isso foi o que entrou naquela espiral do conflito, porque ninguém tinha os recursos e como não se sentiam capazes de promover um diálogo sem ter alguma autoridade para acompanhá-los. Não sei se é uma questão cultural... penso que precisamos investigar e pensar e pesquisar sobre isso: até que ponto não é uma questão cultural do brasileiro imaginar que a melhor resolução será dada por uma autoridade e não por ela própria em comum, em diálogo com o outro. Esse exemplo reflete isso. Bem, a família falou, “Olha essa vaca está incomodando”. Enfim, a família, dona da vaca, fazia o que podia, não dava certo e chegou o momento em que foram ao Fórum de Ceilândia para ajuizar uma ação. Havia uma ameaça velada. A coisa estava ficando perigosa. Entraram com uma ação, a família do maxixe contra a família da vaca.

Quando a família recebeu a intimação do oficial de justiça, piorou ainda mais a situação, porque é muito comum – e os senhores sabem disso – quando um cidadão de bem recebe uma intimação do oficial de justiça, não importa que seja na área Cível, ele se sente com sua honra violada, “Imagina! Nunca tive oficial de justiça!”

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Até para ser testemunha!

Juíza Gláucia Falsarella Pereira Foley

É verdade! No ônibus eu percebia isso. Então a outra família, que havia acionado, ficou com receio e desistiu da ação. Foi julgado sem o julgamento do mérito, foi desistência da ação. Pois bem, não resolveu o problema. Logo em seguida, a vaca continuou pisoteando o maxixe. A família falou: “Não, agora vamos entrar com essa ação mesmo. Vamos até o fim porque não tem jeito”. Quando eles entraram no Fórum de Ceilândia, eles se depararam com a plaquinha da Justiça Comunitária e, quando ela entra em cena, sem oficial de justiça, sem intimação, proporcionando o diálogo não só entre os personagens que estavam mais acirrados em torno do conflito, mas chamando toda rede de apoio de cada um deles, familiares – não para servir de testemunho, mas de rede de apoio, de buscar uma solução conjunta – nós fizemos uma mediação que durou cerca de quatro horas, envolvendo três agentes comunitários e nossa equipe interdisciplinar que está sempre presente para supervisionar a atuação dos agentes. Foi tão interessante que eles perceberam que houve um momento em que as duas famílias entendiam que, em algum momento, eles perderam o controle da situação e era por isso que eles estavam tentando trazer para o Judiciário e

não se sentiam mais capazes de resolver aquele problema e precisavam de um terceiro para dizer: “Olha, você está certo, você está errado.” Quando na mediação, os mediadores proporcionaram a eles a compreensão de que aquele conflito era deles, que se fosse necessário, o Judiciário estava de portas abertas, mas que havia um espaço, uma possibilidade de eles próprios descobrirem a origem do conflito e buscarem racionalmente uma solução, eles começaram a lembrar do tempo em que eles banhavam juntos no rio e foi se resgatando esse afeto... e o desfecho foi muito engraçado porque eles mudaram a cerca de lugar, fizeram um mutirão, um deu a madeira e, enfim, no final, resolveram fazer um churrasco para celebrar a conciliação. Eu costumo dizer que “a vaca foi pro brejo!”, porque certamente o churrasco deve ter sido a vaca! Dizem que depois que a vaca aprende a furar cerca, mesmo que se mude a cerca de lugar, ela vai ao mesmo lugar. Nesse, e tantos outros casos da Justiça Comunitária, nós não só evitamos essa demanda judiciária, e ainda mais do que isso, mas mostramos para as pessoas de que sim, elas são capazes, desde que haja técnica adequada, a mediação é uma técnica difícil, precisa ser muito estudada, não basta ter boa vontade...

Desembargador Natanael Caetano Fernandes

Em diversos países árabes há uma mentalidade que é própria da Justiça Comunitária. Há uma crítica, grave, séria contra aquele que entra com uma ação no Judiciário, como “você não é capaz de resolver seus problemas?”, ou seja, a Justiça

Comunitária veio exatamente para ocupar esse lugar: dar à própria comunidade o poder de compor seus interesses. Isso é algo tão fácil de se fazer. E nesses países árabes há uma censura séria contra aquele que ajuíza uma ação, por sua incapacidade de resolver seus próprios problemas. O que a Justiça Comunitária veio exatamente propiciar.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Estou com uma curiosidade e você pode acrescentar na sua resposta. Que agentes comunitários têm melhores atributos para compor uma conciliação, para chegar à mediação? Eu digo isso porque várias vezes na Vara de Família eu falei: “Vocês estão achando que tenho uma cartola mágica aqui, que vou tirar uma solução mágica. Não vou! Vocês é que tinham as melhores condições”. Mas que agentes comunitários podem contribuir de melhor maneira?

Juíza Gláucia Falsarella Pereira Foley

○ senhor diz o perfil?

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

○ perfil.

Juíza Gláucia Falsarella Pereira Foley

Foram quatorze anos até chegar nessa conclusão. Inicialmente nós imaginávamos que lideranças comunitárias seriam os melhores candidatos a agente comunitário. Ao longo do tempo, nós percebemos que não, porque a mediação quebra muito com padrão de fazer pelo outro. A mediação não pode fazer pelo outro, pois parte da premissa de que quem sabe o que é melhor para as pessoas são as pessoas envolvidas no conflito. Daí, não preciso ser psicóloga ou advogada para ser

uma boa mediadora. É claro que se o conflito envolver algum aspecto, por exemplo: “Estou desconfiada de que essa pessoa possui alguma patologia psicológica”. É preciso parar a mediação e encaminhar para o profissional, ou “estou desconfiada de que isso aqui é direito fundamental, não pode ser mediável”. Então, tenho de suspender e encaminhar para um profissional de Direito e assim sucessivamente. O bom mediador é aquele que sabe perguntar, para que a própria pessoa ao responder compreenda as suas motivações que estão por trás de suas posições rígidas, “quero isso” ou “quero aquilo”. Normalmente, são as posições que chegam ao Judiciário. Agora o por quê quero isso, ou por quê quero aquilo são as necessidades das pessoas. O Direito está na posição e as necessidades são humanas. Então o bom mediador precisa perguntar para que a pessoa própria ao responder entenda a sua necessidade e o que é mais bonito: ao entender a sua, ouça a do outro, a necessidade dele. Quando se humaniza esses desejos, essas necessidades, quando se enxerga para além dessas necessidades rígidas, humaniza-se, solidariza-se um patamar comum de tentar chegar a uma solução conjunta.

Respondendo a sua pergunta, um bom mediador, um bom agente comunitário, é alguém que consiga ser menos impositivo; que saiba ouvir; que saiba perguntar e que estude muito e queira se dedicar muito; não é aquela liderança clássica, nem todas as lideranças são assim é verdade, mas aquelas mais estereotipadas que imaginamos aqueles que querem fazer pelo outro: “Ah, deixa que eu faço”. Eu brinco que são as “lideranças despachantes”: “Deixa que eu resolvo o problema para você”. Então, nós não mudamos nada, porque o que queremos é dizer para o cidadão: “Você pode resolver”. Só que para isso é necessário alguns pactos de paz, de boa fé. São quatorze

anos... Quando trouxemos a mediação para cá, pouco se falava no Brasil de mediação, sobretudo associada ao protagonismo de pessoas da comunidade que não tinham estudo acadêmico e tudo mais. Então, não fosse a abertura do Tribunal de Justiça para um... na época... Hoje é mais tranquilo dizer isso, na época não era tão tranquilo – era mais inovador – falar em mediação e falar em mediação na comunidade. Então sou muito grata ao Tribunal por esse espaço.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Aqueles resultados que você apresentou dos Juizados, que inicialmente eram 80% e agora abaixaram para 37%. Sempre pensei que havia uma demanda reprimida. Aquelas pessoas tinham conflitos, mas não levavam para o Judiciário. A Justiça Tradicional continua com muitos processos, mas os Juizados hoje também já têm muitos (processos). Então, não sabemos direito o porquê de aumentar tanto nos Juizados sem diminuir na Justiça Tradicional.

Desembargador Natanael Caetano Fernandes

Desembargador, penso o seguinte: o Tribunal deveria intervir. Sempre defendi essa posição. Os Juizados começaram do ponto de vista de ser informal, do ponto de vista de não ter nada escrito.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Sistema oral.

Desembargador Natanael Caetano Fernandes

Hoje o que acontece: os juízes dos Juizados Especiais dão as sentenças, os juízes das juntas lavram o acórdão. Não é para isso! Aí tumultua mesmo!

Então o processo que deveria ficar pronto em 60 dias, 30 dias, 40 dias, leva anos para ficar pronto porque a junta está sobrecarregada e vai lavrar acórdão, fazer emendas. Não precisa nada disso! Então, culpa é também dos nossos Tribunais que continuam alimentando essa cultura de “complicar a decisão judicial”. É por isso que nos Juizados também está acumulado porque lá não se observa aquilo que é o princípio elementar e básico dos Juizados: a informalidade e a agilidade. Então complica tudo e fica do jeito que está agora.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Mas as Turmas Recursais são compostas de juízes com alguma experiência. Apesar disso, de saber que o sistema era oral e a idéia era agilizar, eles trazem votos imensos.

Desembargador Natanael Caetano Fernandes

Imensos. Eu falei certa feita com alguns membros de Tribunal Recursal e eles falavam: “Ah, mas nós temos de mostrar para o Tribunal o nosso serviço.” Mas que ledo engano! O Tribunal não vê o serviço seu, pois não cabe recurso para o Tribunal.

Juíza Gláucia Falsarella Pereira Foley

Se me permitem uma opinião sobre isso. Eu optei por ser uma “juíza de Juizado,” porque eu acredito neste espaço que o Juizado possibilita antes da discussão, que é proporcionarmos esse diálogo, maior que numa Vara Cível ou Criminal. Eu pen-

so que nós precisamos investir mais em conciliação e em mediação. Penso que o Tribunal já vem investindo muito, melhoramos muito, mas acho tímido ainda (o investimento), pois se olharmos nossas estatísticas, a nossa que eu falo é a do Tribunal de Justiça do DF, mas que reflete a do Brasil como um todo. Ainda acho muito baixa, ainda penso que se investe pouco. Em especial, quando se apóia todo esse trabalho, é um trabalho voluntário. O trabalho de voluntariado é muito importante, mas uma política pública não se sustenta somente com o trabalho de voluntário, porque investimos na formação desse voluntário e depois ele vai embora. Então, nós estamos sempre investindo, investindo, e esse retorno não vem. Penso que nós precisamos também além de quebrar padrões mentais – nós, juízes – nós precisamos nos desapegar desse formalismo todo, mas também a política pública precisa fortalecer tanto a mediação quanto a conciliação, que são coisas diferentes cada qual destinada ao seu conflito próprio. Eu me lembro, não sei se há tempo, por exemplo, de na Justiça Comunitária nós temos muitos problemas aqui no DF de grilagem de lote, pessoas que compram lote e, quando vão se instalar, veem outra família, que também comprou, ambas de boa-fé. Isso no ônibus eu recebia no Itinerante bastante. A questão possessória é muito difícil, porque não podemos nos basear no título de propriedade, mas sim em quem tem a melhor posse... Enfim, alguém sai sempre infeliz nessa demanda. É muito triste porque sempre envolve a boa-fé das pessoas. Na Justiça Comunitária, nós resolvemos fazer um teatro chamado “A Teia da Vida”, é um musical e até o protagonista, o personagem-protagonista, é o Armando Grillo, um grileiro, que coloca duas famílias em conflito por conta disso. Nesse teatro, que nós apresentamos não só nas escolas, mas, enfim, nas associações de

moradores, nas igrejas, com um musical nós conseguimos dizer o que é um registro público; quando você for comprar que tipo de documentação você tem de olhar. Não basta ter uma escritura ou “ah, mas está escriturado meu lote”, você ver o que é uma escritura, o que é a Defensoria Pública, como, portanto, prevenir conflitos dessa natureza. Então, também, se pudéssemos, além de fortalecer conciliação e mediação, pudéssemos fazer um grande movimento de democratização da informação, do cidadão ter acesso ao direito de se informar sobre seus direitos. Preveniríamos muitos conflitos, eu tenho certeza disso. Penso que a Justiça Comunitária colabora para isso, mas nós precisamos de outros projetos no mesmo sentido.

Desembargador Natanael Caetano Fernandes

Vejo que você fez uma sinopse das suas atividades e nós estamos aqui no Projeto Memória. Gostaria que você ficasse à vontade para nos relatar o que fosse do seu interesse para esse objetivo da memória. Se há algo a mais que queira nos contar, falar, registrar. A ocasião é propícia. De vez quando eu quero lhe fazer algumas perguntas que não têm nada a ver com a sua atividade de judicatura, se você quiser fazer algum...

Juíza Gláucia Falsarella Pereira Foley

Quantas horas nós temos? (Risos) Estou brincando. Eu me entusiasmo muito. Eu acho que eu sou uma privilegiada. Quando tomei posse aqui, em fevereiro de 1998, com meu pai – que hoje já nos deixou – aos prantos, havia uma reforma no Pleno, então, (a posse) foi numa salinha pequenininha, somente algumas pessoas poderiam assistir, e, no meio da posse, o choro do meu pai prevalecia. Toda vez que penso numa coisa da qual eu possa me orgulhar de estar fazendo, meu pai e, claro, minha mãe – que vibra até hoje com cada passo que eu dou – são a mi-

na inspiração. Então, eu penso que tenho essa chama familiar, mas só a chama não adiantaria se eu não tivesse a oportunidade que o Tribunal me deu. Penso que este espaço é um espaço de agradecimento e agradeço ao Tribunal nas pessoas dos senhores que tiveram participação ativa nessa trajetória toda. Então só tenho a agradecer. Tenho mais ou menos sete anos até me aposentar e espero realizar tantas outras coisas.

Desembargador Natanael Caetano Fernandes

Você ainda está escrevendo a sua história. Ainda está escrevendo a sua história.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Eu quero fazer mais algumas perguntas. Em, além de ter curiosidade, além dessa “história da vaca”, certamente você tem outras histórias para nos contar, também, assim, importante, e que ponha em realce a mediação. Eu queria também ouvir sua opinião porque o Tribunal, hoje, está investindo nos chamados Juizados Eletrônicos, com o objetivo de agilizar. Esse é um objetivo permanente porque a crítica permanente também é a da demora. Penso que temos de nos empenhar em realmente agilizar a entrega da prestação (jurisdicional). Então, são duas coisas: ouvir sua opinião sobre o Juizado Eletrônico e ver se você se lembra de outro exemplo tão eloquente quanto esse da vaca na mediação.

Juíza Gláucia Falsarella Pereira Foley

Eu preciso escrever, preciso realmente escrever. Quem sabe depois da aposentadoria? Eu, como juíza dos Juizados, sinto muita necessidade de transformar, embora eu tenha muito apego ao papel, mas isso é

uma limitação minha, eu sei que isso é um problema, sinto muita necessidade de transformar todo o procedimento em muito mais oral do que escrito e, quando necessário, que o escrito seja virtual. Não faz mais o menor sentido gastarmos horas assinando despachos de mero expediente, quando poderíamos estar pesquisando, indo a fundo nos casos mais complicados, enfim, seria um trabalho muito mais criativo. Penso que a tecnologia está aí para nos libertar da mecanização do nosso trabalho e nos tornar mais criativos, mais livres para criação, porque o juiz e a juíza têm esse papel de criar ao perceber uma realidade muitas vezes distante de nossas leis, com criatividade, com inteligência; poder fazer essa adequação tão importante para uma boa prestação jurisdicional.

Bom, um caso que é a minha menina dos olhos – um caso muito bonito da Justiça Comunitária – foi o da mãe de uma criança especial que mora em Águas Lindas – GO e trazia o seu menino todo dia para uma escola especial em Ceilândia. Para trazer a criança, que obviamente não pagava a passagem de ônibus, ela pagava e, no DF o acompanhante não paga (passagem). Nós temos uma lei distrital que (concede o direito ao) acompanhante da pessoa com deficiência de não pagar (passagem de ônibus no DF). Mas era uma viagem interestadual e, não existindo lei federal, ela pagava. Então ela procurou um agente comunitário – José Roberto, da Ceilândia, e disse, “Olha, estou com esse problema. Como a Justiça Comunitária pode me ajudar?” Primeira coisa que o agente comunitário faz: “Vou levar o caso para que todos

da equipe possam analisar, de maneira multidisciplinar, os melhores caminhos”. Então, os agentes comunitários participam dessa discussão com psicólogos, assistentes sociais e advogados – bacharéis – que compõem a nossa equipe. Primeira coisa que surgiu: “Quem sabe essa mãe, por estar em uma escola especial e tão pertinho da divisa (do DF com Goiás), (quem sabe) esse problema não seja comum a outras mães? Vamos à escola para verificar se outras mães estão com o mesmo problema.” Descobrimos uma lista de 08 mães com o mesmo problema. Elas viajavam diariamente e pagavam as passagens delas. Reunimos essas mães, e quando falo reunimos é o programa por meio dos agentes comunitários, chamamos o defensor público da União, que é parceiro do programa – (pois) quando é o caso de dar orientação jurídica, não pode a juíza ficar dando orientação jurídica, então, nós temos esse cuidado. Então, elas explicaram qual era a necessidade delas: elas queriam não só não pagar passagens como (também queriam) ser bem tratadas pelos profissionais do ônibus. Segundo elas, eles eram muito grosseiros porque suas crianças eram autistas, não aparentavam a deficiência, e eles achavam que elas estavam fraudando a carteirinha. Então, era uma guerra diariamente no ônibus de maus tratos recíprocos entre motoristas, cobradores, mães e o problema econômico. O defensor disse sobre a possibilidade de uma Ação Civil Pública, construiu uma tese interessante... e elas disseram, “Não. Já veio um deputado aqui que disse que vai fazer uma lei federal – um deputado distrital! – que vai resolver o problema para gente”. O defensor, “Mas olhe... o Congresso Nacional”. Elas tiveram uma aula de educação para os direitos que nunca mais essas mães vão ser vítimas de uma pessoa que disse que pode ajudar, mas não pode ajudar. Os agentes comu-

nitários disseram: “Há o caminho da Ação Civil Pública, nós não sabemos o quê pode dar, mas existe o da mediação comunitária.” As mães disseram: “Como? Imagina que as empresas vão nos ouvir!” Eles, “Vamos tentar?” Foi uma mediação tripartite: de um lado, trabalhadores de ônibus e sindicatos; de outro, mães – tiramos uma comissão dentre as mães –; terceiro, as empresas. Eram três empresas envolvidas nessa questão. Essa eu participei da mediação diretamente – a da vaca eu não estava, infelizmente – mas essa eu estava porque esse caso é lindo. As mães começaram a dizer qual era (o problema): nós temos um problema de bolso e de peito porque dói quando somos maltratadas e começaram a dizer como era o cotidiano de uma mãe de uma criança com deficiência. Os olhos dos trabalhadores de ônibus se encheram de lágrimas, assim como os dos gerentes das empresas, porque perceberam – para além da posição – uma necessidade humana de ter qualidade de vida e não era justa aquela situação. Os trabalhadores, por sua vez, quando foram falar, disseram da dificuldade de serem fiscais dentro do ônibus porque, afinal, se tem um assento preferencial e chega um meninão que não aparenta uma dificuldade, ele tem a obrigação de retirar (quem está sentado) para que o idoso sente, para (que) uma grávida... E que era demais para o motorista que já fica tanto tempo ali (dirigindo), que era demais, que eles sofriam muito com isso também. As empresas repetiam a exaustão “Nós estamos sensibilizados com tudo e, por favor, não queremos problemas com a ANTT⁴”, ou seja: vamos fazer o que for necessário para chegarmos a um bom termo. Vamos ser flexíveis. Depois de quatro horas, decidiram, então, que elas teriam direito a gratuidade. Elas poderiam usar a carteirinha do DF e eles aceitariam ainda que fosse o transporte interestadual.

A partir desse momento, as mães ficaram tão felizes que passaram a fazer terapia comunitária, levada pela saúde pública, rede que nós acionamos para essa escola. Então, enquanto os meninos estavam na escola, elas estavam fazendo terapia comunitária. Bom, vocês podem me perguntar: “O quê isso tem haver com Justiça?” Tudo! Tudo! Porque primeiro não foi necessária uma ação judicial, que seria difícil, uma ação difícil, uma tese nova, seria difícil... Numa ação judicial que fosse até o Supremo pouco essas mães participariam desse resultado e nesse processo elas foram co-participes, com humanização, com pacificação. Hoje são amigas dos trabalhadores que foram na mediação; ouviram como é dura a dificuldade de cada um deles e elas entenderam também a do outro. Resolveram o problema do peito e do bolso! E isso tem tudo haver com Justiça! Esse para mim, penso, de todos os casos que nós temos, é o meu especial porque é um caso muito completo, muito bonito.

Desembargador Natanael Caetano Fernandes

Doutora, falando em voz do Tribunal, você ainda está escrevendo sua história e conseqüentemente ainda terá muito a acrescentar nas histórias e na memória do Tribunal. De qualquer forma você enriqueceu essa Memória no que você já fez pelo Judiciário, Justiça Comunitária, Conciliação e Juizados Especiais. Mas eu gostaria de também lhe fazer algumas perguntas ou alguma colocação. Eu tenho conhecimento de que você é cantora, tem disco gravado; gravou inclusive um disco que é o seu show no Feitiço Mineiro, de sambas-de-raízes... Quando nós falamos em samba-raiz, pensamos em Martinho da Vila, Nelson Cavaquinho, Noel Rosa, que são os grandes compositores. Como é que concilia essa sua atividade

artística com sua atividade de juíza? Como tem sido essa atividade, inclusive, com sua atividade esportiva que eu sei que você é jogadora de tênis.

Juíza Gláucia Falsarella Pereira Foley

Como você sabe disso?

Desembargador Natanael Caetano Fernandes

Eu sei da sua vida! Eu sei da sua vida, sei onde você mora! [risos] Eu gostaria que falasse a respeito de algumas dessas suas atividades...

Juíza Gláucia Falsarella Pereira Foley

Bom, se me permitem retomar algo muito importante para mim, quando nós somos reconhecidos – não só pelo Tribunal, como disse ao longo dessa conversa, mas também pelo Ministério da Justiça e outras entidades que nos laurearam com o Prêmio Innovare, em 2005, o prêmio Innovare do nosso Tribunal, a partir desse prêmio, o Ministério da Justiça adotou a Justiça Comunitária como modelo para difundir em todo Brasil, hoje são setenta e três, núcleos de Justiça Comunitária em vários estados do país e sempre nós somos chamados para dar cursos ou falar, ou recebemos juízes e defensores, enfim, do Brasil todo para trocarmos essas experiências, o que isso tem haver com tua pergunta? Tem tudo haver porque quando nós fazemos um trabalho que embora penoso – por que penoso? Por isso, por ser difícil romper com a forma sempre igual de fazer as coisas, fazer diferente é um pouco difícil – , quando temos esse reconhe-

cimento, dá uma energia, dá uma chama muito boa da criatividade, do prazer... daí me remete à musica.

Eu sou mãe também de uma criança de cinco anos. Fui mãe mais tarde, para mim na época certa, e, por ter três atividades que me consomem muito, eu percebi que quanto mais nós fazemos, mais tempo, mais energia nós temos, mais criatividade nós temos. A música para mim sempre ficou ali aguardando o momento em que eu fosse me aposentar. Eu tive algumas perdas no ano passado de amigos que com cinquenta e poucos anos faleceram, no ano passado não, ao longo dos últimos cinco anos, e isso me fez pensar muito que os nossos sonhos nós não podemos adiar, nós temos de realizar agora. Como dou conta: a minha vara (de justiça) está em dia, o meu filho está um super querido, sou uma mãe presente, então, se é possível cantar para ser uma pessoa melhor, para me tornar uma pessoa melhor, vou cantar porque isso me dá muito prazer, vou cantar minhas raízes que eu tinha em Minas Gerais. Não sei de onde surgiu essa identidade com o samba, porque papai era da geração Beatles. Papai não curti serestas e eu já menina ficava muito entusiasmada com serestas, com Nelson Gonçalves, que era o meu avô que gostava não o meu pai. Talvez venha do meu avô que era do teatro. Sempre gostei muito de samba, desde os anos 70. Então, eu pude nesse CD – gravado em 2010, cujo lançamento foi no Clube do Choro e eu tive a oportunidade e a liberdade de escolher, porque foi produção independente, eu arqueei com esse CD – registrar, por meio dos sambas escolhidos, um pouco da história da relação que tive com o samba ao longo da minha vida. Mas é a primeira vez que eu dou um salto tão ousado de gravar um CD. Eu espero que eu possa no futuro me dedicar mais a isso que é realmente muito pra-

zero. E vamos cantar juntos! Desde que nos conhecemos que ficamos de marcar para tocar violão e nunca tocamos.

Desembargador Natanael Caetano Fernandes

Podemos. Sempre fazendo esse bom propósito e nunca realizamos.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Gláucia, quanto a mim, eu agradeço a essa belíssima contribuição que você está dando, não só à Memória do Tribunal como, penso, principalmente à memória desse projeto de Justiça Comunitária que é inovador e ainda desperta curiosidade. Eu creio que ainda não chegamos ao final deste projeto, mas a sua contribuição é forte, é decisiva para que esse projeto vá para frente. Em meu nome, agradeço; agradeço também em nome da 1ª Vice-Presidência. Estou encantado com as suas contribuições.

Juíza Gláucia Falsarella Pereira Foley

Quero só fazer um registro, além do agradecimento ao Tribunal, a Justiça Comunitária não se faz sem, primeiro, os próprios agentes comunitários, que são essenciais. Uma equipe de ouro que tenho e, de seis anos para cá, uma parceira que Deus me trouxe pronta: Dra. Carla Patrícia Frade Nogueira Lopes, com quem eu tenho a honra de dividir a coordenação desse programa, ao qual ela empresta toda a consistência intelectual, a formação dela, para o programa e nos ajuda a pensar muito o programa. Sou muito grata a ela.

Desembargador Natanael Caetano Fernandes

Como a memória não morre – claro que com a experiência que você continuará tendo no exercício da sua Judicatura – a Memória do Tribunal será mais enriquecida quando você puder trazer novos registros para essa mesma

Memória. Eu, de minha parte, fico muito agradecido por sua participação e parabenizo pela forma como você expôs as questões. Fica o nosso agradecimento pela oportunidade de tê-la como parte da Memória deste Tribunal.

Juíza Gláucia Falsarella Pereira Foley

Muito obrigada.

«fim»

DATA DA ENTREVISTA

02/10/2014

LOCAL

Brasília

ENTREVISTADA

Juíza Gláucia Falsarella

ENTREVISTADORES

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Desembargador Natanael Caetano Fernandes

TRANSCRIÇÃO

Patrícia Rodrigues de Sousa – SERAMI

REVISÃO

Iêda Oliveira de Araújo Alves – SERAMI

PROJETO GRÁFICO

Diego Vilani Morosino – ACS

DIAGRAMAÇÃO

Roberta Bontempo Lima – ACS



PROGRAMA
**HISTÓRIA
ORAL**

JUÍZA GLÁUCIA FALSARELLA

SERAMI

Serviço de Apoio à
Memória Institucional

SEGD

Secretaria de Gestão
Documental

GPVP

Gabinete da Primeira
Vice-Presidência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL
E DOS TERRITÓRIOS

TJDFT